

ANA CRISTINA FARIA

CASA DE MORAR: A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E ARQUITETURA  
RESIDENCIAL EM OURO PRETO - MG NO SÉCULO XVIII

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ouro Preto, 2013

ANA CRISTINA FARIA

CASA DE MORAR: A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E ARQUITETURA  
RESIDENCIAL EM OURO PRETO - MG NO SÉCULO XVIII

Monografia apresentada ao Curso de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Especialista em Cultura e Arte Barroca.

Orientadora: Elza Luli Miyasaka

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
Ouro Preto, 2013

F224c Faria, Ana Cristina

Casa de morar [manuscrito]: a relação entre cultura e arquitetura residencial em Ouro Preto - MG no século XVIII / Ana Cristina Faria-  
2012.  
56p.

Orientadora: Elza Luli Miyasaka.

Monografia (Especialização em Cultura e Arte barroca) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Filosofia, Artes e Cultura.

1. Arte barroca – História e crítica. 2. Arquitetura de habitação – Ouro Preto, MG – Séc. XVIII. 3. Arquitetura colonial.

CDU: 7.0314.7(815.1)

## Dedicatória

Aos grandes Mestres da humanidade, que me ensinaram a ter uma visão mais crítica da realidade do mundo e da sociedade em que vivo.

## Agradecimentos

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram na elaboração deste trabalho, os meus agradecimentos.

## RESUMO

A formação da arquitetura colonial na América Portuguesa deu-se não somente por meio de influências dos padrões da metrópole, mas pelo uso dos materiais aqui existentes, num processo de adaptação, e também pelos costumes e práticas sociais, religiosas, culturais, políticas e familiares aqui instaladas. Para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se verificar a relação entre a arquitetura residencial e os modos de vida, cultura e costumes em vigor no período colonial, mais especificamente no século XVIII em Ouro Preto. A pesquisa, desenvolvida através de análise de fontes primárias e bibliográficas, percorre ainda caminhos associados às técnicas construtivas, os espaços construídos e os materiais utilizados nas edificações na ocasião. A expectativa é a de que a investigação realizada possa contribuir para a compreensão destas relações, mostrando o panorama geral resultante dos aspectos culturais impressos nas edificações domésticas, corroborando ainda para sua documentação e salvaguarda.

**Palavras-chave:** barroco, arquitetura colonial, América portuguesa, arquitetura luso-brasileira, arquitetura residencial, cultura.

## ABSTRACT

The colonial architecture formation within the Portuguese-colonized America was not determined only by the influence of the metropolis, but also by the use of materials here present in an adaptive process, and also by the customs and social, religious, cultural, political and familiar practices. For the elaboration of this study, a relationship between the residential XVIII century architecture from Ouro Preto and its way of life, culture and customs during the colonial period was made through the analysis of primary and bibliographical sources. This study is also concerned with the methods associated with constructive techniques, constructed spaces and materials used in the buildings of that period. It is expected that such investigation may contribute to the comprehension of such relationships, showing a general panorama resulting from the cultural aspects imprinted on local domestic edifications, thus, collaborating for its documentation and safekeeping.

**Keywords:** baroque, colonial architecture, Portuguese American, Luso-Brazilian architecture, residential architecture, culture.

## SUMÁRIO

Lista de ilustrações .....	VI
Lista de abreviaturas .....	VII
1. Introdução .....	8
1.1 Objetivos.....	19
1.2 Métodos .....	20
2. Sobre a arquitetura: conceitos, abordagens e processos .....	22
2.1 O processo de formação e consolidação da arquitetura residencial na América Portuguesa .....	25
2.2 A Fábrica da Arquitetura Colonial Mineira: a descoberta do ouro e a necessidade de morar.....	29
3. Entre a Senzala e a Casa Grande: a participação dos escravos na vida domiciliar .	37
4. Desdobramentos sobre conceitos de cultura e investigação sobre os modos de vida, costumes e práticas sociais em Ouro Preto no século XVIII.....	40
4.1 A Cultura como conceito.....	40
4.2 O universo cultural em Vila Rica no século XVIII .....	41
5. As influências culturais no processo de construção das habitações: A relação entre Cultura e Arquitetura .....	45
6. Considerações finais .....	50
7. Referências Bibliográficas.....	53

## Lista de ilustrações

<b>Figura 1:</b> Casario de Ouro Preto – MG.....	8
<b>Figura 2:</b> Comparação Arquitetura Noruega x Brasil x Portugal.....	11
<b>Figura 3:</b> Aquarela – Ranchos do período colonial.....	12
<b>Figura 4:</b> Regresso de um proprietário - J. Baptiste Debret.....	14
<b>Figura 5:</b> Desenvolvimento da planta da habitação do século XVIII.....	16
<b>Figura 6:</b> Evolução da planta habitação período colonial em Vila Rica.....	17
<b>Figura 7:</b> Sobrado e casas do Brasil Colonial.....	24
<b>Figura 8:</b> Caminhos - Ouro Preto – MG .....	28
<b>Figura 9:</b> Rua Barão de Ouro Branco - Ouro Preto - MG.....	32
<b>Figura 10:</b> Rua Tiradentes - Ouro Preto - MG.....	36
<b>Figura 11:</b> Técnicas construtivas.....	37
<b>Figura 12:</b> Jean-Baptiste Debret, Negros cangueiros.....	38
<b>Figura 13:</b> Jean-Baptiste Debret, Negros na moenda.....	39
<b>Figura 14:</b> Grande Sobrado ao lado da matriz do Pilar em Ouro Preto – MG.....	42
<b>Figura 15:</b> Praça Tiradentes – pintura de José Rosário, 1885.....	43
<b>Figura 16:</b> Sobrado com varanda envidraçada - Rua da Glória – Ouro Preto – MG.....	47
<b>Figura 17:</b> O gregarismo das habitações de Ouro Preto – MG.....	49

## **Lista de abreviaturas**

APP – Arquivo da Paróquia do Pilar

APM – Arquivo Público Mineiro

CMOP – Câmara Municipal de Ouro Preto

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IFAC – Instituto de Filosofia Artes e Cultura

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

## 1. Introdução

"A casa é uma porta de entrada para se pensar arquitetura."  
Alessandro Castroviejo Ribeiro, 2001.

Tratar-se há no presente trabalho da relação entre a arquitetura residencial e os modos de vida, costumes, crenças e valores vigentes no período colonial, mais especificamente no século XVIII em Vila Rica<sup>1</sup>. Para tanto, buscou-se aclarar, contextualizando historicamente o processo de formação e consolidação desta, a priori na América Portuguesa, focalizando por fim o que compreende hoje o território da cidade de Ouro Preto no estado de Minas Gerais. O intuito é entender como a cultura de um povo, de um lugar ou de determinada época pode influenciar a arquitetura, em especial as construções residenciais, pois conforme salienta Campos, (1998, p.8) “o homem geralmente edifica a casa e suas dependências em conformidade com os valores de seu tempo”. (CAMPOS, 1998 p.8).



Figura 1: Casario de Ouro Preto - MG. Fonte: Olhares Fotografia, janeiro de 2013.

<sup>1</sup> Em 1711 foram criadas as Vilas de Nossa Senhora do Carmo, então sede da Capitania, e Vila Rica, posteriormente chamada “Ouro Preto”, capital da província de Minas Gerais, residência do governador geral e sede do Ouvidor da comarca. (MÓL, 2003 p.1).

Vários questionamentos são suscitados ao longo do texto na tentativa de buscar respostas, embasamento e relações entre os sub-temas propostos: cultura e arquitetura. Dentre alguns, perguntou-se:

Quem eram, como chegaram, no que acreditavam, como viviam e como se relacionavam os habitantes e imigrantes em Vila Rica?

Como se apropriavam das terras e como construía suas casas? Quais os materiais utilizados e de onde provinham? Que referências construtivas tinham ou que recomendações tratadistas seguiam? Inspiraram-se nas habitações indígenas ou todo o imaginário veio da metrópole?

Quais eram os pesos e medidas para a sobrevivência num ambiente de disputa por poder, riqueza ou por tão somente a vida?

Quais as normas e as tentativas de organização impostas pelo Estado e como se davam as resistências da população frente a elas nos arraiais?

Em que atividades trabalhavam e como os costumes foram moldando o arraial, a vila e posteriormente a cidade, possibilitando que o espaço urbano se tornasse a expressão do universo cultural, mental e intelectual ali vivenciado?

É certo que muitos desses questionamentos podem não ser totalmente respondidos ao longo do trabalho e nem é essa a pretensão. Percebe-se aqui que, ao passo em que se busca responder essas indagações, entrelaçando idéias e discursos, surgem novas formas de pensar, ver e entender esse universo cultural estabelecido nesta rica vila das minas do século XVIII, que, conforme destaca Brasileiro (2008 p. 274) “*tem um estilo barroco singular e típico que eventualmente tornou-se a arquitetura representativa do Brasil*”. (BRASILEIRO, 2008 p. 274).

Para o desenvolvimento deste ensaio então, inicialmente, resguarda-se dos termos “arquitetura brasileira” e “arquitetura mineira”, bem como “barroco mineiro”, cujos significados e finalidades, para o estudo do universo colonial brasileiro, podem ser interpretados equivocadamente e até mesmo de maneira contraditória. São adjetivos anacrônicos frequentemente debatidos e tidos por alguns autores como errôneos devido ao caráter colonizador e heterogêneo da formação da nossa cultura e suas

interferências no processo de formação e consolidação das artes e da arquitetura no país.

Como exemplo, no que tange ao uso dos termos “arquitetura brasileira” e “arquitetura mineira”, Sylvio de Vasconcellos (1997, p.351) inicialmente adverte que:

Não temos uma arquitetura brasileira e muito menos mineira propriamente dita. No período colonial, a falta de tradições locais imposta pela ausência de civilizações pré-cabralianas e o afluxo considerável de portugueses – aos quais ficou a inteira responsabilidade das construções – teriam forçosamente de resultar em uma arquitetura reinol transplantada, adaptada quanto possível para o novo meio ambiente, adaptação que, no máximo, lhe pode conferir o caráter de luso-brasileira. (VASCONCELLOS, 1997 p. 351).

Entretanto, mais tarde, complementando seu estudo, o autor, diz que:

Para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais, não há dúvida que devemos considerar as construções indígenas, as “tejudabas”, como ponto de partida. Tudo que se fez depois da descoberta sofreu sua influência direta ou indireta, não só, e principalmente na técnica construtiva, até que, com os maiores recursos, viesse o modo português de alvenaria e cantaria achar aplicação aqui, como também no próprio estilo, com os “puxados”, os alpendres, a preocupação do problema do sol. (VASCONCELLOS, 2004 p. 23).

Boschi (2003, p.7) também refuta a primeira ideia apresentada por Sylvio de Vasconcellos destacando que:

Na Colônia, não houve simples reprodução das formas e dos espaços de sociabilidade vividos na Metrópole, ainda que nela, compreensivelmente, inspirados. Na América, as transplantações reclamaram e adquiriram cor local e, em razão, remodelaram-se, sem que aqui se esteja fazendo abstração das manifestações que emergiram inovadoramente no outro lado do Atlântico. (BOSCHI, 2003 p.7).

Brasileiro (2008 p.p. 46;47) salienta que:

A definição de uma arquitetura para uma cultura local, brasileira ou mineira, não passa pela unicidade e homogeneidade pretendida pelo conceito de nação. Antes, deve considerar a mistura, numa relação explícita e cotidiana, que exige a re-elaboração (contínua) das “fontes” externas (exógenas) e internas (tradição). Em Vasconcellos, o que aparentemente poderia sugerir ambigüidade traduz-se em ambivalência: “pesos” ou “fontes” diversas se equiparam e conformam o projeto a partir de uma nova elaboração. (BRASILEIRO, 2008 p.p. 46;47)

Mello (1985, p.92) chama a atenção para a diferença nos detalhes, na minuciosidade, destaca fatores sócio-econômicos como a falta de mão-de-obra e recursos materiais.

Não foi tão simples nem tão uniforme essa transposição, pois, além de diversificados detalhes que marcavam a arquitetura residencial nas diversas regiões de Portugal, teriam que ser levados em conta outros fatores como a precariedade das construções pelas dificuldades de mão de obra, as diferenças de materiais construtivos e de condições climáticas e até mesmo o aproveitamento de soluções indígenas aqui encontradas pelos portugueses. (MELLO, 1985 p. 92).



Figura 2: Comparação Arquitetura. Rua em Kirkekleiva de Tvedestrand - Noruega, Rua São José - Ouro Preto - MG e Rua em Porto - Portugal. Montagem da autora. Fonte: <http://fullfokus.blogspot.com.br> - Arquivo do IFAC e Arquivo Pessoal. Acesso em 14 de agosto de 2012.

A imagem mostra a similaridade na arquitetura em 3 países, o que em parte, poderia exemplificar a expressão “*arquitetura reinol transplantada*” defendida por Sylvio de Vasconcellos. Porém, se observarmos com maior precisão, a semelhança é identificada fundamentalmente no traçado urbano. Nota-se as diferenças na edificação e ornamentação principalmente das fachadas das casas, o que tende a ser

classificada como as influências do ambiente, da cultura, da disponibilidade de materiais, dos valores existentes no local no período.

Nota-se portanto que as casas brasileiras, primeiramente, são construídas muito mais à maneira das moradias dos nativos aqui existentes, do que ao modo europeu. Exemplo disso são os ranchos, primeira forma de abrigo dos desbravadores, e as feitorias, primeiras casas. Sobre estas últimas, Costa (1995, p.212) apud Dangelo (2006, p.p 93-94) diz que:

Eram verdadeiros alpendrados, onde se cozinhava e dormia. O fogo na parte central, os catres ou redes em volta, ou seja, o próprio partido da casa indígena. Com o fechamento dessa área coberta, para resguardo e defesa, conservam-se dois segmentos, uma a frente e outro aos fundos, correspondentes precisamente às duas bocas da oca nativa. À medida que o programa social evolui e a casa adquire sentido familiar, a planta se define. (DANGELO, 2006, p.p 93-94).

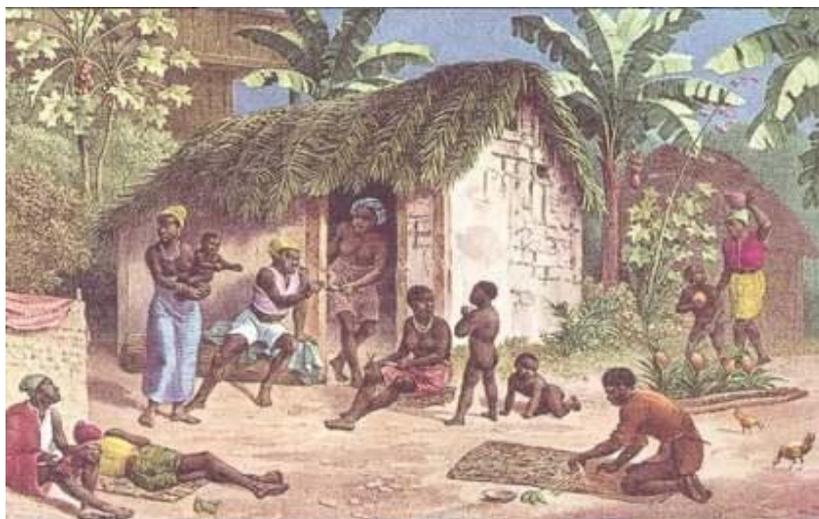


Figura 3: Aquarela – Ranchos do período colonial. Autor não informado. Fonte: [http://colonizacaoportuguesa.blogspot.com.br/2011\\_06\\_01\\_archive.html](http://colonizacaoportuguesa.blogspot.com.br/2011_06_01_archive.html) acesso em 18 de dezembro de 2012.

Sobre o Barroco, conceito do presente aplicado a um passado e a um homem que não se sentia ou não se considerava Barroco, respeitadas estudiosos salientam que:

O barroco não existe, só existem obras, anteriormente, classificadas de acordo com essa etiqueta, mas que se apresentam tão diferentes, construídas a partir de retóricas tão idiossincráticas e, muitas vezes, conflitantes, que não há sentido em se falar em um conceito que as unifique em uma forma. (GRAMMONT, 1995, p. 96).

Hansen (1997, p.19) explica que:

As críticas ao “barroco” assim entendido são feitas, evidentemente, a partir do presente. Provavelmente para a maioria dos raríssimos eventuais leitores desses textos, não interessa a afirmação de que são anacrônicas, uma vez que o século XVII está extinto e o leitor de hoje lê as obras, se é que as lê, segundo os critérios de hoje. Assim, seria possível dizer-se que a etiqueta “barroco” é dispensável, quando se trabalha com os resíduos do século XVII e ainda do XVIII, porque ela mesma, enquanto etiqueta, generaliza critérios românticos, expressivos e psicológicos, dando-os como universais também para as práticas de representação do século XVII e do XVIII. (HANSEN, 1997, p. 19).

Ainda sobre o uso do termo “barroco”, Theodoro (1997, p.29) ao se referir à utilidade, ou inutilidade do conceito, diz:

Opto por considerá-lo um conceito analítico que se aplica a um momento determinado da história européia e da história latino-americana. Os latino-americanos se apropriaram dele e o reelaboram fundando a sua própria memória e portanto, a sua identidade. Na América temos Barrocos: o Barroco brasileiro, o Barroco mexicano, o Barroco peruano, etc. Cada um deles carrega sua especificidade, mas todos eles apresentam um eixo em comum: repousam em um saber produzido em conjunto, em meio a fragmentos, cacos, pedaços de tradições nativas, sem que o passado entrasse a possibilidade da mudança. O homem barroco foi aquele mais interessado em fundar sua identidade que em comprovar suas origens. (THEODORO, 1997, p. 29).

Para este trabalho, pretende-se apenas o esclarecimento do termo como passível de entendimento sob diversos olhares, e que, para o estudo da arquitetura de Ouro Preto faz-se necessário compreendê-lo também e não somente como um estilo, mas como uma forma de vida, de pensamento, de regimentos, no seu contexto mais amplo e ao mesmo tempo regionalizado e particular, sem tomar partido ou afirmando-o como original ou definidor de uma identidade brasileira ou mineira. Paiva (2011, p.93), destaca:

Universo móbil, sociedade de muitas facetas, campo de muitas oportunidades. A Capitania das Minas Gerais era, concomitantemente, afro, barroca e mestiça. (PAIVA, 2011, p.93).

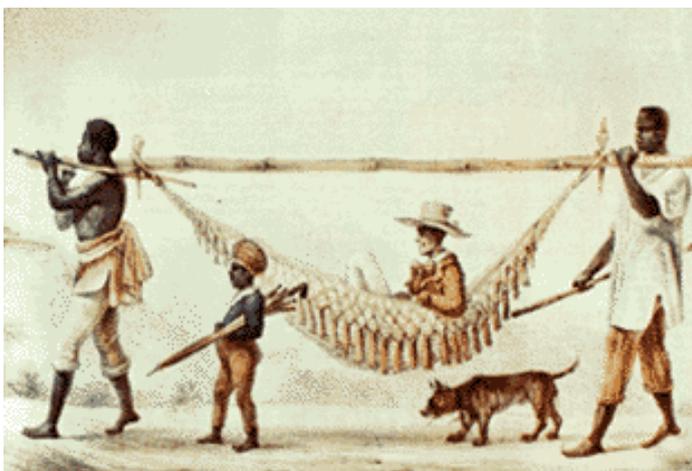


Figura 4: Regresso de um proprietário – Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil – J. Baptiste Debret 1834-1839. Fonte: [http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/soc\\_acucareira.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/soc_acucareira.html) janeiro 2013.

Feitas estas observações, destaca-se aqui, além da evolução no estudo da arquitetura colonial brasileira, a precaução no uso destes termos em textos acadêmicos, muito discutidos e que no presente trabalho serão utilizados com a ressalva supracitada.

Por conseguinte, abre-se um parêntese que sinaliza o eventual uso de palavras ou expressões contemporâneas à época a que se pretende analisar neste ensaio, tais como: *originalidade*, *ordem*, *conveniência*, *espontaneidade*, *engenho*, *decência*, *decoro*<sup>2</sup>, dentre outros, que podem adquirir significados distintos se entendidos sob uma ótica atual. Como disse Bastos (2007, p.7):

Contemplar os conjuntos arquitetônicos e urbanos setecentistas de Minas Gerais à luz dos princípios coevos pode nos levar a compreensões diversas daquelas consagradas pela historiografia. (BASTOS, 2007, p.7).

<sup>2</sup> Decência e decoro advêm de uma mesma raiz latina: "*decet*", "Convir a, ser conveniente, decente, decoroso, estar bem"; part. pres.: "*decens*", "conveniente, decente, que está bem". Cf. SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. Ed. Fac-sím. 1927. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Garnier, 2000. p. 338.

Fonseca (1995, p.48) diz que no século XVIII expressões do tipo “*para maior comodidade*”, “*em sitio cômodo*”, “*hábil*” ou “*capaz*” são comumente encontradas nos documentos sobre as cidades da época, ao lado de outras como “*para nobreza*” ou “*aformoseamento da vila...*”. (FONSECA, 1995 p.48).

Bastos (2010, p.1) destaca ainda que:

No século 18, a arquitetura de Minas Gerais era orientada por costumes, preceitos e doutrinas que foram transformados, eliminados ou esquecidos nos séculos 19 e 20. Reconstituir o sentido desses conceitos antigos pode oferecer compreensão alternativa, relevante e inédita à história desse rico patrimônio arquitetônico, um dos mais significativos do universo luso-brasileiro. (BASTOS, 2010, p.1).

Acredita-se ser pertinente ainda, para este ensaio, uma pequena discussão sobre a delimitação do termo “residencial”, pois, embora a arquitetura residencial e a religiosa tenham tido como princípios basilares os modos de vida e cultura/costumes, os materiais existentes no território recém descoberto e a influência das técnicas construtivas europeias, a arquitetura religiosa não sofre as limitações que condicionaram a arquitetura residencial. Como refere Vasconcellos (1997, p. 351):

Não tivemos, uma economia sólida, estável, contínua, capaz de proporcionar construções mais vultosas ou requintadas, principalmente no setor residencial. Riqueza, ouro, havia em abundância, mas dispersa, repartida em excesso e fugida. (VASCONCELLOS, 1997, p. 351).

A edificação das residências se deu pelo imediatismo e a necessidade de morar ao passo em que se explorava o ouro das minas e na medida em que as famílias cresciam ansiando mais conforto.

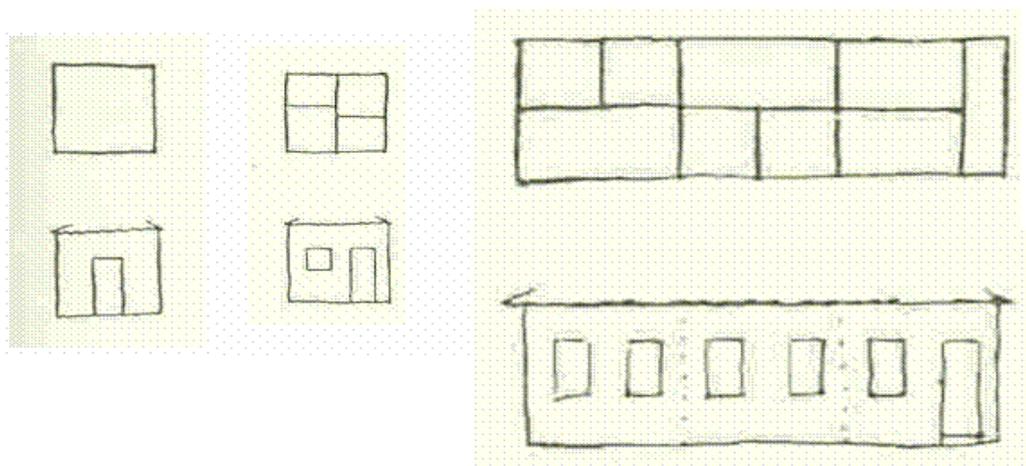


Figura 5: Desenvolvimento da planta da habitação do século XVIII. Vasconcellos, 1977. Disponível em [http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono\\_Ana.htm#\\_Toc91052727](http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_Ana.htm#_Toc91052727) acesso em 06 de janeiro de 2013.

As dificuldades para a construção das edificações no território mineiro foram inicialmente pautadas pela escassez de recursos econômicos, de subsistência, de locomoção e transporte, de mão de obra, quase que inteiramente dedicada à mineração e de atenção da metrópole, que só visava à obtenção do ouro a qualquer custo. Além da topografia de difícil apropriação, o meio era antes de tudo hostil, rude, selvagem, afastado do litoral.

No entanto, conforme observa Sylvio de Vasconcellos (1997, p. 352):

Foram essas mesmas dificuldades que, em grande parte, possibilitaram a caracterização das construções mineiras, a ponto de lhes conferir uma fisionomia quase peculiar, razão da existência de uma verdadeira escola mineira, dentro do quadro geral da arquitetura luso-brasileira. (VASCONCELLOS, 1997, p. 352).

O autor acrescenta:

Eis nossa arquitetura tradicional doméstica. Funcionalmente caracterizando-se pela boa distribuição das plantas: parte nobre, parte íntima e de serviço, autonomamente entrosadas, plasticamente desativadas e singelas, mas agenciadas em boas proporções,

harmonicamente dispostas. Composições claras, limpas, definidas, bem moduladas e rítmicas, ostentando uma saúde plástica, no dizer de Lucio Costa. Se lhes falta a ênfase que civilizações mais apuradas conferiram às suas moradias, será exatamente nessa despreziosa beleza, nessa fisionomia não-maquilada, que devemos buscar a sua beleza. (VASCONCELLOS, 1977, p.359).



Figura 6: Evolução da planta habitação período colonial em Vila Rica. Vasconcellos, 1977. Disponível em [http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono\\_Ana.htm#\\_Toc91052727](http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_Ana.htm#_Toc91052727) acesso em 06 de janeiro de 2013.

Feitas essas ponderações, cabe a justificativa da relação cultura *versus* arquitetura, foco das discussões aqui apresentadas.

A arquitetura fundamenta-se como a materialização da cultura. Vista como produção cultural de uma localidade, ela reflete as tradições de um povo. Segundo Gilberto Freire (1998, p.102) “*a moradia expressa os gostos, os hábitos e os costumes de seus proprietários, e esses estão extremamente ligados aos contextos sociais, políticos e econômicos em que vivem*”. (FREIRE, 1998, p.102).

Por meio desta análise é possível então compreender e demonstrar como o ambiente sócio cultural e a economia influenciaram e tornaram peculiares os modelos residenciais nas Minas no século XVIII, em especial em Ouro Preto.

Apesar das tentativas recentes de entendimento histórico do processo de formação das nossas cidades, o estudo da arquitetura residencial no período colonial é incipiente quando comparado aos demais ramos da arquitetura, como por exemplo, a religiosa. O acervo referente a esta última é admirável e de fácil acesso. O mesmo não se pode dizer daquele referente ao processo de formação e consolidação das nossas edificações residenciais. Rodrigues (1975, p.3) diz que *“no Brasil, a igreja tem sido o terreno ou o tema, quase exclusivo, para as pesquisas arquitetônicas e suas modalidades ornamentais”*. (RODRIGUES, 1975, p.3).

Portanto, para o estudo e compreensão do tema proposto, buscou-se entender como era e pensava a sociedade naquele tempo, e como a arquitetura foi se delimitando, se adaptando, atendendo às necessidades, mudanças e gostos. Considera-se que estudos deste cunho sejam relevantes na produção científica atual, pois corroboram para a salvaguarda e proteção deste conjunto edificado que se tornou patrimônio da humanidade.

Por fim, vale ressaltar que a palavra casa, conforme descreve Scarpeline (2012, p.82) *“indicava qualquer aposento da moradia: “casa de banho”, “casa de dormir”, “casa de moagem”, “casa dos negros”, como era conhecida a senzala”*. O título Casa de Morar, busca enfatizar o ponto principal em que o trabalho se desenvolve: a residência como um todo, destacando ainda as relações, processos e resultados que, a partir dela, ou em sua construção se estabelecem.

## 1.1 Objetivos

Tendo como objeto de estudo as residências do século XVIII em Ouro Preto – Minas Gerais, o presente trabalho tem por objetivo:

Entender e apontar os reflexos do modo de pensar, de viver, da moral e dos costumes nas residências.

Para atingi-lo, tem-se como objetivos específicos:

- Pesquisar o processo de formação e consolidação da arquitetura residencial.
- Investigar as tradições, os costumes e os modelos sócio culturais vigentes.
- Analisar as influências culturais no processo de construção das habitações.

## 1.2 Métodos

“A morada é elemento da organização social, que ao longo do tempo incorpora significados diversos”.  
Telma de Barros Correia, 2004.

A proposta de realização do presente trabalho apóia-se nos pilares pesquisa bibliográfica, análise de fontes primárias e pesquisa de campo.

Através da pesquisa bibliográfica, feita por meio de consulta a obras nacionais e estrangeiras, revistas especializadas, livros, periódicos, artigos científicos e relatos de viajantes, foi possível descrever, caracterizar e fundamentar o tema e os objetivos propostos para este ensaio.

Os principais livros estudados foram, prioritariamente os de Sylvio de Vasconcellos, *“infatigável pesquisador do desenvolvimento urbano das velhas cidades mineiras e dos sistemas construtivos”*.<sup>3</sup> Para os textos de arquitetura, destaque ainda para Lúcio Costa, Nestor Goulart Reis Filho, André Guilherme Dornelles Dangelo, Carlos Lemos e por fim Gilberto Freyre, que discorre singularmente a respeito das habitações brasileiras.

A partir dos textos de Rodrigo Bastos, foi possível dissertar sobre as noções de ordem e regularidade do urbanismo no período colonial, além da ênfase para o cuidado na leitura a partir de termos coevos àquele tempo.

Os livros Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702 - 1748) de Maria Aparecida de Menezes Borrego e Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais (1716-1789) de Eduardo França Paiva foram fundamentais para o entendimento dos regimentos e da vida cultural instaurada em Vila Rica no século XVIII.

---

<sup>3</sup> Dangelo, 2006 p. 53.

Destaca-se aqui também o trabalho de Adalgisa Arantes Campos, com informações preciosas para a compreensão do universo barroco e suas implicações no modo de viver, de pensar e de se edificar nos setecentos.

Dentre os autores estrangeiros analisados, sobressaem as obras de Germain Bazin, Robert Smith e John Bury, que, ainda que com suas divergências, acrescentam o olhar estrangeiro sobre o assunto ao trabalho.

As principais revistas consultadas foram Revista do SPHAN, Revista Barroco, Revista do IFAC, Revista Efemérides Mineiras, Revista do APM e Revista Musear.

Com relação aos locais de maior concentração de informações, onde a pesquisa tomou embasamento teórico, seja através de livros, periódicos, artigos de revistas, imagens, relatos, dentre outros, destacam-se o Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte, a Biblioteca Pública de Ouro Preto e a Biblioteca do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, ambos nesta cidade.

O levantamento de dados e informações primárias, referentes às edificações foi possível por meio de consulta aos arquivos do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro na Casa dos Contos, documentação cartorial do Arquivo da Câmara (Casa de Gonzaga), Biblioteca do Museu da Inconfidência na Casa do Pilar, Secretaria de Patrimônio e IPHAN, todos na cidade de Ouro Preto.

Apesar da diversidade de métodos utilizados na pesquisa, percebe-se a dificuldade na busca de referenciais seguros e amplos sobre o assunto. Não há um estudo minucioso para a casa mineira no século XVIII. Além disso os autores se divergem em suas colocações a todo instante, o que se acentua quando relaciona-se os aspectos construtivos com os valores da época e do local.

## 2. Sobre a arquitetura: conceitos, abordagens e processos

A arquitetura, conforme conceitua Lemos, (1979, p.7) é:

Toda e qualquer intervenção no meio ambiente criando novos espaços (com determinada intenção plástica, para atender a necessidades imediatas) e a característica de “partido” dessa arquitetura, isto é, a “conseqüência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes”, tais como a técnica construtiva segundo os recursos humanos e materiais locais, o clima, condições físicas e topográficas, programa das necessidades de usos e costumes populares, condições financeiras, etc. (LEMOS, 1979, p.7)

Segundo Rossi (1995, p.1) no conjunto de bens culturais produzidos pela humanidade, a arquitetura “*constitui um testemunho excepcional na formação da memória histórica dos povos e na formação da identidade*”(Rossi, 1995, p.1). O autor destaca ainda, sua importância como um “*testemunho sedimentado e acumulado dos modos de vida do homem*” (Rossi, 1995, p.1), não só daqueles que a conceberam na origem, mas também dos que ali viveram através dos tempos e lhe conferiram novos usos e significados.

A arquitetura brasileira, “*apresenta determinados aspectos, como concepção e situação históricas, que ainda não foram de todo estudados*”. (Lemos, 1979, p.7). Isto se aplica, em grande parte, à arquitetura residencial, com poucas referências e estudos mais aprofundados, principalmente se comparada à devoção dada ao estudo de grandes monumentos presentes na arquitetura religiosa e na arquitetura oficial.

Sobre o assunto, Netto (1979, p.10) adverte que:

Uma linguagem arquitetural não é privilégio das grandes obras ou dos grandes nomes. Na verdade mesmo, ela é ainda mais rica quando se manifesta nas obras que passam despercebidas. E tampouco essa linguagem é privilégio dos “tempos passados”. (NETTO, 1979, p.10)

Mello (1985, p.91) destaca o foco no estudo da arquitetura monumental, em detrimento ao estudo das construções de menor porte, em especial as residências. Mostra a importância da casa para além da função de abrigo. Diz que:

Ainda que, como geralmente ocorre, a chamada arquitetura monumental, na qual se incluem as construções de maior porte como igrejas e edifícios oficiais, seja mais estudada e valorizada por sua marcante presença nos conjuntos urbanos, o casario – que justamente define essas aglomerações – é de extrema validade e significação por constituir o abrigo indispensável ao homem. Efetivamente, a casa – que, em uma primeira leitura, tem como função básica a do abrigo – extrapola esta condição inicial para abranger outros aspectos muito mais amplos e que se traduzem em costumes, valores próprios e todo um tipo de vida que, embora tenha algumas variações, apresenta também elementos constantes e comuns a determinados grupos. (MELLO, 1985, p. 91).

Segundo estudos de Smith (1969, p.27), *“a história da arquitetura civil e doméstica no Brasil começa com o estabelecimento do Governo Geral e a fundação da cidade de Salvador em 1549”*. Silva Telles (1984 p.5) diz que nessa data, *“chegaram ao Brasil os primeiros profissionais construtores com a incumbência de levantar uma fortaleza de pedra e cal e uma cidade grande e forte”*.

Na companhia do governador Tomé de Sousa vieram: Luiz Dias, mestre de obras; Diogo Peres, mestre pedreiro; e Pedro Góis, mestre pedreiro-arquiteto. Foram esses os primeiros construtores do Brasil.

Sobre o assunto, Lemos (2012, p.1) revela que:

Os primeiros agentes culturais aqui arribados teriam sido engenheiros militares, ou arquitetos inseridos no corpo das ordens religiosas, ou mestres de risco reinóis avulsos, todos eles, com diferenciadas informações ou experiências, trouxeram em suas bagagens as lições de seus mestres. (LEMOS, 2012, p.1).

Lemos destaca ainda que estes agentes tiveram suas influências absorvidas pelos construtores locais através da observação e da imitação dos modelos construtivos corroborando para um distanciamento em relação aos modelos originais, propiciando “contaminações” das normas estilísticas trazidas.

Essa disseminação aleatória de estilos ou de maneiras de fazer, ao longo do tempo, acompanhada de uma diluição das normas acadêmicas e dos aspectos “eruditos” fez surgir uma arquitetura de alto interesse, onde o lado antropológico não pode ser olvidado porque tem presença marcante explicando justamente aquela “circunstância americana” relativa à arquitetura onde o esquecimento das regras propicia obras de recriação do maior valor. (LEMOS, 2012, p.3).

Nesse sentido, abre-se espaço para se pensar as influências ou a contribuição dos residentes da colônia, pertencentes a uma distinta sociedade miscigenada na qual índios e negros tiveram atuação relevante na adaptação dessa arquitetura ao novo meio ambiente, ao clima, à nova sociedade, aos materiais disponíveis.

No quadro geral da arquitetura civil urbana no Brasil, Mello (1985, p.96) enfatiza que *“o primeiro e mais primitivo tipo de abrigo é o chamado rancho, que corresponde à fixação mais inicial e provisória do colonizador no território”*. (MELLO, 1985, p.96)

No universo colonial residencial, Reis Filho (1970, p.28) em sua definição e classificação das residências afirma que:

Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. Suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: assoalhado no sobrado e de “chão batido” na casa térrea. As diferenças eram pequenas. Os planos maiores correspondiam, quase sempre, apenas a um rebatimento ou sobreposição dos esquemas de plantas mais simples. (REIS FILHO, 1970, p. 28).



Figura 7: Sobrado e casas do Brasil colonial <http://www.ahimtb.org.br/cangureenchist.htm> acesso em 21 de dezembro de 2012 e arquivo do IFAC. Autor: Luiz Fontana.

## 2.1 O processo de formação e consolidação da arquitetura residencial na América Portuguesa

Dentro de um contexto histórico, a divisão da América Latina em seu processo de descobrimento e colonização foi concebida em duas realidades distintas: a América Portuguesa e a América Espanhola. Estas duas vertentes se afamaram pela contraditoriedade no processo de urbanização e formação das vilas e cidades.

Sobre a hipótese supracitada, Bueno (2011) destaca que “*desleixo versus ordem*” são palavras que ainda na atualidade resumem a comparação das políticas de colonização das Américas portuguesa e espanhola.

No que tange às colônias, diferentemente da Espanha, que possuía certa consciência de pertencimento e considerava solo pátrio, ou como parte do país os territórios recém descobertos e foi logo construindo grandes cidades, fortalezas, castelos, infra-estruturas, Portugal inicialmente não teve a preocupação de permanecer no lugar conquistado, construindo, portanto, o necessário, retirando os recursos daquela terra e partindo. Além disso, conforme registra Bueno (2011, p.65):

Portugal esteve particularmente voltado para o lucrativo comércio de mercadorias (especiarias – pimenta, cravo, canela etc. – e artigos de luxo) com o Oriente, preocupando-se com o Brasil a partir do momento em que sua costa se viu ameaçada pela presença de franceses e ingleses, e que tais atividades mercantis entraram em crise. Nesse sentido, ao contrário dos espanhóis, Portugal inicialmente desenvolveu uma política de colonização descentralizada em relação ao Brasil. (BUENO, 2011 p.65).

Talvez essa postura “despreocupada” em relação às colônias, explique em parte a crítica urbana quanto ao processo de formação das cidades brasileiras, que, num primeiro momento, pendem para o julgamento de uma desordem ou espontaneidade na formação das vilas e cidades na América Portuguesa e a uma geometrização ou o “tabuleiro” das cidades hispânicas.

Sobre este aspecto Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* enfatiza que:

A cidade que os portugueses construíram na América, não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra desleixo. (HOLANDA, 1998 p.8)

Na mesma linha de raciocínio, outros autores, como por exemplo, Robert Smith (1955) disse que “*os portugueses ignoraram a ordem*”, Delson (1997) elogia as cidades espanholas, com suas “*ruas admiravelmente traçadas em cruz*”.

Lemos (1979, p.25) diz que:

A grande maioria de nossas cidades nasceu ao léu, organicamente ancoradas aos acidentes topográficos, ora encarapitadas em cima de outeiros, como mandava a milenar tradição lusa das cidades em acrópole, como é o caso de Porto, de Lisboa, de Olinda, de Salvador, do Rio do Morro do Castelo; ora nas planícies, aos pés dos morros e cordeadas ao sabor dos caprichos de seus primeiros povoadores, geralmente pessoas totalmente alheias a esses problemas de urbanização e daí a espontaneidade e a imprevisibilidade desses traçados. (LEMOS, 1979 p.25).

Estudos recentes sobre o processo, no entanto, advertem que não é adequado que se louve a ordem “geométrica” da cidade “ladrilhada”, desmerecendo qualquer outra noção possível de ordem que não seja geometricamente. Segundo Bastos (2005, p.32) no século XVIII então, através da disposição conveniente de edifícios e povoações, será possível entender a adequada ordem e regularidade na forma de se edificar e implantar povoações.

Afirmo que foram, sim, “observadas” as “regras” luso-brasileiras de se edificar e implantar povoações (como: ordem, comodidade, conveniência, decoro, etc.), em circunstâncias bastante diversas – físicas, éticas e políticas – das que encontraram e sobre as quais ajuizaram os espanhóis na sua parte americana. Entender esses e outros aspectos da “ordem” luso-brasileira nos levará a revisar de vez alguns grandes mitos historiográficos, como o da “espontaneidade”, da “irregularidade” e da “desordem” das cidades coloniais luso-brasileiras – até mesmo as da capitania de Minas Gerais, reconhecidas como paradigmas dessas atribuições. (BASTOS, 2006 p.32).

Entender essa noção de ordem, não só por meio geométrico, mas também por meio teológico-retórico e posteriormente com o auxílio de códigos de posturas e cartas régias é importante para compreendermos as relações entre os edifícios, a cidade e o contexto cultural e sua fundamentação na sustentação da produção das artes e da fábrica construtiva nas Minas do século XVIII.

Oliveira (2010 p.36) diz que:

O urbanismo colonial português não possuía uma legislação específica de âmbito geral que os colonizadores pudessem seguir. Os povoadores adotavam sempre as Ordenações do Reino, que geralmente deveriam trazer determinações específicas para cada caso particular. Mas as Cartas Régias, que tratavam das fundações de vilas e cidades, na maioria das vezes acabavam passando de uma cidade para outra, tornando-se quase uma regra. (OLIVEIRA, 2010 p.36).

Portanto, conforme conclui Bastos (2005, p.18) é preciso atentar-se para o seguinte aspecto:

Sensos comuns que pairam sobre esses objetos remanescentes do século XVIII querem nos fazer acreditar que eles nasceram “espontâneos ou “desordenados”, ou que tentaram heroicamente se desviar da “ordem” e da “regulação” metropolitanas. (...) São compreensões bastante delicadas de se aceitar quando se procura compreender o regime teológico retórico dentro do qual estavam inseridos esses objetos no momento em que foram produzidos. (...) A busca pela ordem dos objetos segundo a lógica devida de seus tempos (e não segundo a lógica dos tempos dos autores que sobre eles escreveram) promete restaurar-lhes uma história, pelo menos, mais verossímil. (BASTOS, 2005 p.18).

Sobre a hipótese do abandono ou descaso por parte da metrópole, Bueno (2011, p.72) salienta que:

Ao contrário do que disse Sérgio Buarque de Holanda, não se tratava de renúncia por parte de Portugal a “trazer normas imperativas e absolutas”, mas, como demonstrou Nestor Goulart Filho, dos interesses econômicos e políticos em jogo, condicionando uma estratégia de ocupação mais branda num primeiro momento, que se torna bastante ofensiva nas áreas de interesse metropolitano a partir de meados do século XVII com a crise do açúcar e, a seguir, com a descoberta do ouro e a redefinição das fronteiras. (BUENO, 2011, p.72).

Portanto,

O desenho do território da América Portuguesa assumiu formas diferenciadas ao longo dos séculos XVI e XVIII. Em termos de organização administrativa, eclesiástica e civil, os contornos das capitanias, comarcas e bispados setecentistas diferiram das abstratas faixas estabelecidas com a introdução do sistema de capitanias hereditárias (1534). Como diz Nestor Goulart Reis Filho (1968), as mudanças das relações sociais implicam sempre em novas configurações espaciais. (BUENO, 2011 p.72).



Figura 8: Caminhos - Ouro Preto – MG fonte: revista Urbanismo 3 de origem portuguesa [http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono\\_Ana.htm](http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_Ana.htm) acesso em 05 de janeiro de 2013.

## 2.2 A fábrica da arquitetura colonial mineira: a descoberta do ouro e a necessidade de morar

Com a chegada dos portugueses no território, os nativos aqui encontrados, chamados equivocadamente de indígenas pelos colonizadores, que acreditaram terem chegado às Índias e não a uma nova terra, se organizavam sob uma forma tribal, com cultura própria que embora primitiva deixaram traços especialmente nas artes, na alimentação e nas formas de cultivo no país.

O sistema colonial implantado no novo território baseou-se inicialmente na exploração do pau-brasil, em seguida no cultivo da cana-de-açúcar. A base da economia era a atividade agrícola, mantida pela mão-de-obra escrava vinda da África.

Paralelo à decadência dos engenhos e o esgotamento da produção açucareira no nordeste surgem as políticas de interiorização do território, inclusive as chamadas “bandeiras” e devido às ações destas, ou o seu objetivo, ocorre a descoberta do ouro na região das Minas. Avila (S.D. p.29) diz que a chamada corrida do ouro atraiu diversos aventureiros à região, mais tarde conhecida como Minas Gerais. Como consequência “*surgem os primeiros arraiais, com suas capelinhas em agradecimento aos santos de devoção, iniciando o povoamento das áreas conquistadas*”. (ÁVILA, S.D. p.29).

MARX (1990-1992 p.36) ressalta que:

Sendo de aluvião o ouro dos primeiros tempos, a ocupação encontra primeiramente o curso dos rios e córregos, onde se apurava do cascalho o ouro que faiscava, circunscrito invariavelmente em áreas de cata muito pequenas para cada garimpeiro. Este restrito chão de produção era explorado na totalidade de sua extensão, e as construções que ali tiveram lugar nada foram além de simples e provisórios acampamentos. O arraial ensaiava seu existir no alto; caminho acima, passando pelas encostas que se fizeram em grupiarias no momento em que começou a escassear o ouro das faisqueiras. (MARX, 1990-1992 p.36).

Cecília Meirelles no seu “Romanceiro da Inconfidência” destaca as influências da mineração no ambiente sócio-cultural urbano.

De seu calmo esconderijo, o ouro vem, dócil e ingênuo; torna-se pó, folha, barra, prestígio, poder, engenho... É tão claro! - e turva tudo: honra, amor e pensamento. Borda flores nos vestidos, sobe opulento aos altares, traça palácios e pontes, eleva os homens audazes, e acende paixões que alastram sinistras rivalidades [...]. (MEIRELLES, 1966 p.7)

Sobre o surgimento e a configuração dos arraiais de Minas, Borrego (2004, p.30) assinala que:

Surgidos a partir de capelas, de arraiais de mineiros, de pousos junto aos caminhos, de vendas onde se encontrava roupa, comida ou ferramentas, os núcleos urbanos se multiplicaram numa progressão nunca vista na América Portuguesa. Em poucos anos, formaram uma malha que só ali se encontrava: miúda, composta por pontinhos, rala, mas espichada por um território amplo. Os arraiais de Minas não tinham a quase opulência encontrada em alguns dos antigos centros do litoral, como Salvador, Olinda, Recife ou Rio de Janeiro, mas se alinhavam uns depois dos outros, dotados de vários elementos de vida urbana: irmandades, arruamentos, e, tão logo erigidos em vila, casa de câmara, onde se reuniam os homens de governança, registrando seus encontros em atas, dispendo sobre os chãos e sobre as águas, fiscalizando pesos, medidas e animais que andavam soltos entre as casas. (BORREGO, 2004 p.30).

Ávila (S.D p.29) destaca o caráter urbano dos arraiais mineiros e o impulso gerado pela mineração na atividade comercial vigorosamente instaurada. Diz que “*atrás dos mineradores apareceram os mercadores que vendiam roupas, comidas e escravos conformando uma sociedade essencialmente urbana*”. Campos (2005, p.8) enfatiza a importância do comércio para a formação e abastecimento dos núcleos urbanos.

O comércio teve papel importante na formação e na sobrevivência dos centros urbanos mineiros. No processo de povoamento das Minas Gerais, a presença de pousos de bandeiras, ranchos, vendas, lojas, hospedarias, comumente determinou o nascimento de um povoado, de um arraial. Com o esgotamento das minas de ouro, pode-se atribuir ao comércio a relativa autossuficiência de cidades, que já não dependiam diretamente da extração mineral. (CAMPOS, 2005 p.8).

Vasconcellos (2004, p.10) reafirma a tese com a seguinte observação:

O comércio é assim, mais do que o ouro, como erradamente se supõe o fundamento precípua e direto dos povoados mineiros. Ainda que o ouro tenha sido a causa remota e base econômica da criação dos aludidos povoados, é o comércio que os objetiva e os alimenta. (VASCONCELLOS, 2004 p.10).

Com a vinda desse contingente populacional, motivada pelas catas, tem-se a necessidade de morar. Vasconcellos (2004 p.2) diz que:

Inicialmente, como o mais simples de nossos abrigos humanos, encontramos a cobertura única, colocada diagonalmente no chão ou de encontro a um barranco e com dois paus em forquilhas a sustentar-lhe o outro lado. Colocada esta cobertura contra a chuva e os ventos, constitui ela o que de mais simples pode haver em matéria de proteção. Construção precária própria do viajante, só foi usada porém, em emergências rápidas. (VASCONCELLOS, 2004 p. 2).

Chegando em Minas Gerais, portanto, portugueses, nordestinos e bandeirantes paulistas sem pretensão de se instalarem por muito tempo no lugar, visto que o objetivo inicialmente era somente se enriquecer com a extração do ouro e pedras preciosas e retornar às cidades de origem, não se preocuparam com o conforto no momento de concepção das primeiras habitações, construindo assim ranchos precários, de um único cômodo a princípio, uma trempe e um catre ou jirau utilizado para descanso.

Portanto, sobre o início da arquitetura residencial em Minas, Vasconcellos (2004, p.7) descreve:

O aventureirismo que presidiu os primeiros povoamentos, por isso mesmo estabelecidos com caráter de transitoriedade, serviu-se do rancho de peça única, utilizando-se quase unicamente de vegetais como material de construção. Ranchos que até hoje se espalham por todo o território pátrio como solução mínima do problema da casa própria. Quatro esteios de pau roliço, quatro frechais e uma cumeeira ao alto; roliços também os caibros que receberão as fibras vegetais da cobertura: sapé, folhas de palmeira etc. Paus com casca e tudo, sem qualquer desbaste que os beneficiasse. De princípio simples telheiros que acolhem o homem e seus trastes, seus animais, suas ferramentas; depois fechando-se, na periferia, com tramas ainda de paus roliços e varas, esqueleto que serviria para a sustentação do barro com que se acabam. (VASCONCELLOS, 2004 p.7)

Menezes (1957, p.15) complementa:

No rancho dos bandeirantes, simples pousada, não vamos encontrar os vãos, porque não encontramos também paredes; Quatro paus fincados no chão com a cobertura tosca era tudo que encontrávamos. Já, quando aqueles intrépidos sertanistas eram obrigados a uma permanência maior, construíam seus ranchos, bastante rústicos ainda, cujos vãos serviam apenas a portas, pois não necessitavam de janelas para ventilação, ranchos “através de cujas paredes furadas se via e ouvia o que se passava portas a dentro”; através delas também entrava o ar e a luz. (MENEZES, 1957 p.15).

Então mais tarde, mesmo no intuito de ganhos rápidos e fáceis e apesar das dificuldades enfrentadas com a adaptação, muitos desbravadores se estabeleceram e ficaram na região, em menor número os paulistas, devido ao seu espírito de aventura que, conforme destaca Mello (1985, p.70) “*sempre os levava adiante, a outras paragens e a novas conquistas*”.

Dessa maneira, conforme explica (CAMPOS, 1998 p.8):

Construíram casas confortáveis, com materiais mais duradouros, as quais, endossadas umas às outras formaram as primeiras povoações, longitudinais aos caminhos, geralmente em função da mineração e comércio. (CAMPOS, 1998 p.8).



Figura 9: Rua Barão de Ouro Branco - Ouro Preto - MG. Fonte: Arquivo do IFAC. Autor: Luiz Fontana.

Tem então início a arquitetura propriamente dita.

Sobre a repartição dos cômodos das residências, Vasconcellos (2004 p.7) lembra que “*a alcova está presente em quase todas as plantas*” e faz menção também aos “*grandes armários embutidos, quase despensas, quase cômodo independente*”.

Aragão (2008, p.32) acrescenta:

Nas cidades, o andar inferior raramente é ocupado para moradia; serve às vezes para casas de comércio, outras vezes para cocheira ou estábulo. As dependências mais comuns, em cima, são: a sala de visitas e a de jantar, entre as quais existem, invariavelmente, alcovas que servem de dormitórios. (ARAGÃO, 2008 p.32).

Vasconcellos (2004, p.7), portanto, traça um panorama geral característico das edificações domésticas dizendo que *“das primeiras casinhas que povoaram o nosso território, constituídas das “tejuabas”, passa-se às construções de taipa, adobe e alvenaria de pedra”*. Diz ainda que *“a adaptação ao clima é clara, o aproveitamento das condições locais integral e o estilo, simplório como a própria alma cabocla”*. O autor lembra que com o passar do tempo e o desdobramento das famílias e com a maior necessidade de conforto, *“a planta quadrada, inicial e única, dos ranchos, divide-se em cruz”, recebendo ainda, “melhor acabamento e revestimento”*.

A casa coloca-se ao comprido, para os fundos, com o corredor de banda, eixo da construção, ladeado pelos cômodos postos em sucessão. Na frente a sala, no meio as alcovas, atrás o serviço. O corredor é a peça vital: dá acesso à vivenda, atende a circulação interna, permite o trânsito da rua aos quintais e, por isso mesmo, recebe tratamento variado. Por ele entram as visitas, mas entra também o cavalo arreado ou o burro carregado. (VASCONCELLOS, 2004 p.7).

Campos (1998, p.p 9;10) destaca as principais características da arquitetura colonial mineira:

Tem proporções modestas, pois a nobreza aqui existente era de poucos recursos; Uso generalizado da técnica do pau-a-pique, feita com barro amassado, paus e cipós de embira. Tem-se notícia de construções em pedras, contudo na Capitania esta técnica nunca gozou da popularidade da taipa e do adobe. (CAMPOS, 1998, p.p. 9;10).

Armitano Ernesto (1972, p.5) destaca 3 fases de grande importância para a arquitetura mineira no século XVIII.

1700-1720: Rivalidades entre mineiros. Construção de pequenas capelas com uma nave única. Estruturas de madeira.

1720-1760: Definição dos centros urbanos e construção das igrejas matrizes. Formação cultural. Máxima exploração das minas de ouro.

1760-1810: Período de apogeu arquitetônico e cultural, em geral. Atuação de Antônio Francisco de Lisboa, o Aleijadinho. Produção do ouro em descenso e esgotamento. (ARMITANO, 1972 p.5).

Por conseguinte, analisa Campos (1998, p.8):

Nesse período, os núcleos urbanos mais desenvolvidos foram elevados à categoria de Vilas, dentre elas, Ouro Preto. Com as primeiras Vilas, foram estabelecidas as primeiras Câmaras locais. Com elas, surgiram as leis referentes às construções, posturas estas que contribuiriam para dar certa normatividade aos núcleos do período colonial. (CAMPOS, 1998 p.8).

Sobre as normas para as construções, Reis Filho (1970, p.30) assinala:

As casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as cidades e vilas brasileiras uma aparência portuguesa. (REIS FILHO, 1970 p.30).

Campos (1998, p.9) relata que:

Ao Senado da Câmara coube, nessa época, organizar a ocupação do espaço, disciplinando o convívio entre vizinhos e animais. As ruas deixaram de ser totalmente apertadas e tortas. “Era necessário dar passagem às cadeirinhas, coches, carretos, tropas militares, enterros e procissões”. (CAMPOS, 1998 p.9).

Analisando as Cartas Régias, Oliveira (2010, p.34) destaca as seguintes orientações:

Tanto a praça como as ruas eram definidas pela testada das casas nos lotes. As casas deveriam ser todas muito bem alinhadas e as ruas possuírem a mesma largura para garantir a formosura nas vilas. Teoricamente, deveria existir uma rua mais ‘reta’, denominada de Rua Direita, que ligasse dois pontos importantes da cidade. As igrejas, geralmente situavam-se em uma praça, largo ou adro, localizados em locais elevados para se destacarem na paisagem. (OLIVEIRA, 2010 p.34).



Figura 10: Rua Tiradentes - Ouro Preto - MG. Fonte: Fonte: Arquivo do IFAC. Autor: Luiz Fontana.

Afirma ainda que:

As casas, além do alinhamento no lote, deviam externamente seguir o mesmo estilo para garantir uma uniformização das fachadas e sua integração em conjuntos maiores em cada quadra. “Os edifícios tinham todos a mesma altura, as mesmas dimensões de portas e janelas e os mesmos tipos de ornamentos, como se fossem parte de um edifício maior” (Reis Filho, 1997). Em contrapartida, não existiam restrições para a parte interna, que ficaria conforme o gosto de cada morador. (OLIVEIRA, 2010 p.34).

Reis Filho (1970, p.32) discorre ainda sobre um outro tipo de habitação característico do período colonial, a chácara, que “*denunciava, no seu caráter rural, a precariedade das soluções da habitação urbana da época*”. O problema principal, solucionado por elas, era o do abastecimento, que nas cidades, era algo problemático, que assim como a produção e o uso da casa, dependia do trabalho escravo.

Durante todo o período colonial, as casas urbanas tentavam resolver em parte o problema do abastecimento, por meio de pomares, criação de aves e porcos ou do cultivo da mandioca e de um ou outro legume. Soluções satisfatórias eram porém conseguidas somente nas chácaras, às quais aliavam, a tais vantagens, as da presença de cursos d’água, substitutos eficientes para os equipamentos hidráulicos inexistentes nas moradas urbanas. Por tais razões, tornaram-se as chácaras habitações características de pessoas abastadas, que utilizavam as casas urbanas em ocasiões especiais. (REIS FILHO, 1970 p.32).

Sobre as técnicas construtivas, Reis Filho (1970, p.40) afirma que:

As técnicas construtivas eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra e cal. (REIS FILHO, 1970 p.40).

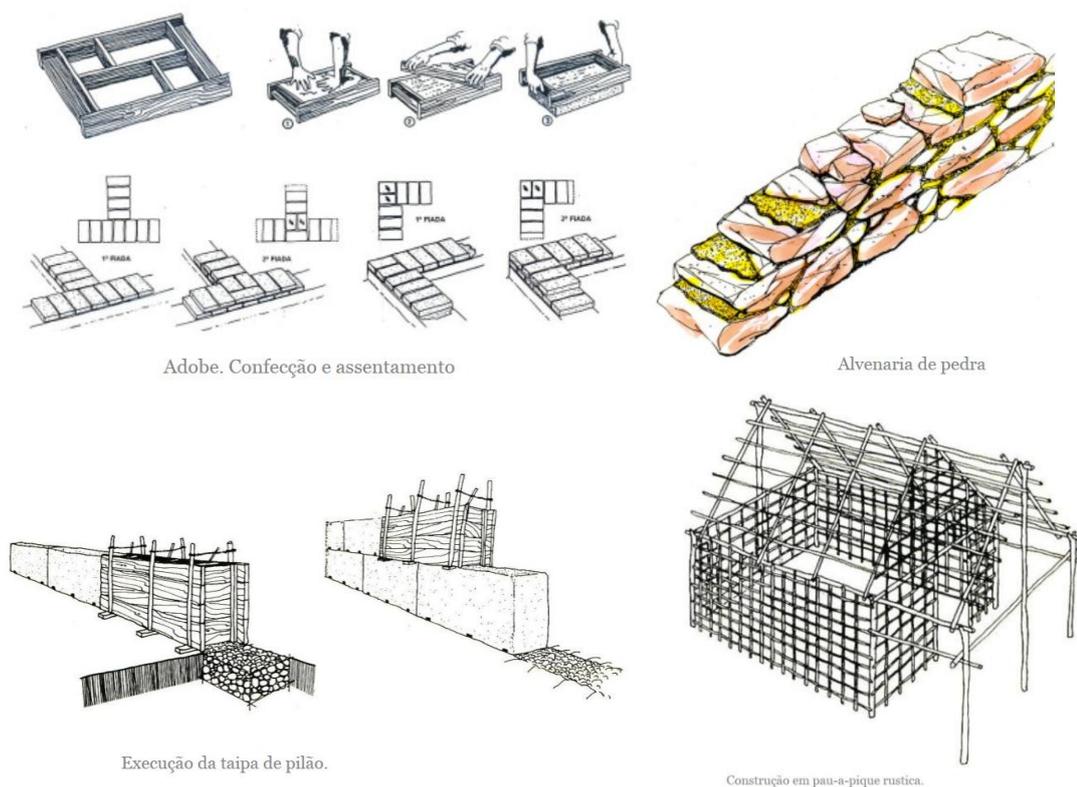


Figura 11: Técnicas construtivas.

Fonte: <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/#more-447> janeiro 2013.

Portanto, conforme encerra Reis Filho (1970 p.46) “*vemos que, fundada no regime escravista, quer para a construção, quer para o uso*”, a residência urbana tradicional no período colonial, “*correspondeu a um tipo de lote padronizado e este a um tipo de arquitetura bastante padronizada, tanto nas suas plantas, quanto nas suas técnicas construtivas*”. Vasconcellos (1997 p.7) disse que “*as casas eram tão semelhantes que levariam Vauthier a afirmar: “Quem viu uma, viu todas”*”, dada a similitude de suas soluções e comportamento”, o que pode ser amparado pelo decoro ou costume, muito empregado no universo religioso da Capitania e ainda, se estender ao ambiente doméstico, na medida em que, conforme salienta Hansen (2006) apud Bastos (2009), “*a imitação daquilo que é consagrado como correto, deve ser repetido*”.

### 3. Entre a senzala e a casa grande: a participação dos escravos na vida domiciliar

É importante salientar aqui a questão da escravidão, pois, como destaca Reis Filho (1970, p.28) “no período colonial, tanto a produção quanto o uso da casa estavam a cargo dos escravos”. (REIS FILHO, 1970 p.28). O autor assinala que:

O uso dos edifícios estava baseado na presença e mesmo na abundância da mão-de-obra. Para tudo servia o escravo. É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d’água, dos barris de esgoto (os “tigres”) ou do lixo, especialmente nos sobrados mais altos das áreas centrais, que chegavam a alcançar quatro, cinco e mesmo seis pavimentos. Era todo um sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado sobre o trabalho escravo e, por isso mesmo, ligava-se a nível tecnológico bastante primitivo. (REIS FILHO, 1970 p. 28).



Figura 12: Jean-Baptiste Debret, Negros cangueiros. Escravos urbanos no Brasil, c. de 1830 [Wikimedia Commons]. Acesso em 22 de setembro de 2012.

Lemos (2012, p.8) diz que “somente a presença do escravo é que poderia justificar o programa dos grandes sobrados urbanos”. Por isso é difícil pensar a utilização destes, sem os recursos atuais de eletricidade, encanamento, abastecimento etc. Lúcio Costa (1962, p.2) declara que “Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente”. (COSTA, 1962, p.2).

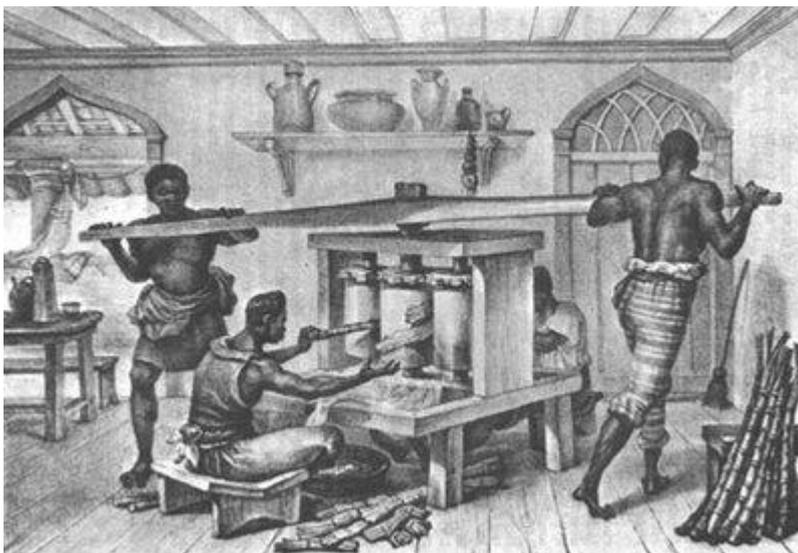


Figura 13: Jean-Baptiste Debret, Negros na moenda. 1835.

Fonte: <http://novahistorianet.blogspot.com.br/2009/01/colonizacao-do-brasil.html>  
 acesso em 04 de dezembro de 2012.

Além disso, a mão de obra negra escrava teve papel fundamental na construção e urbanização do país. Conforme descreve Faria (2011, p. 96).

Se atribui à mão afro-brasileira a construção do Brasil urbano - com a edificação de parte significativa das residências, prédios oficiais, capelas, quartéis, pontes, chafarizes aquedutos e calçadas - realizada por escravos e forros e custeada tanto pelas autoridades régias e camarárias quanto pelas associações religiosas leigas como pela população civil. Os pedreiros, canteiros e carpinteiros que, juntamente com seus oficiais, aprendizes e serventes estiveram presentes nos canteiros das obras públicas do Brasil colônia, eram genericamente denominados pelos portugueses de oficiais mecânicos, por fazerem uso das mãos em seu trabalho. (FARIA, 2011 p. 96).

Santos (1977 p.p78-79) revela que:

A abolição, para a arquitetura foi o fato capital. O escravo tinha na sociedade colonial e na imperial tríplice significação: na economia, como fator de produção; na família, de que participava efetivamente, contribuindo para lhe dar um calor de humanidade e uma coesão, que sem ele ela perdeu; na casa, fosse rural ou a urbana, cujo funcionamento dependia dele e cujo programa sem ele teve de ser não somente reduzido como modificado na sua orgânica e no seu funcionamento. (SANTOS, 1977 p.p 78-79).

## **4. Desdobramentos sobre conceitos de cultura e investigação sobre os modos de vida, costumes e práticas sociais em Ouro Preto no século XVIII**

### **4.1 A Cultura como conceito**

Cultura segundo Bosi, 1992 é “*o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e valores*” que correspondem a determinada sociedade. (Bosi, 1992 p. 16).

Segundo Tylor, 1958 Cultura é *todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. “É todo o comportamento aprendido”*. TYLOR (1958 apud LARAIA, 2005 p. 25).

KROEBER (1949 apud LARAIA, 2005 p. 45) diz que “*o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado agindo de acordo com os seus padrões culturais*”. Ele é um “*herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam*”.

Baseado nesta conceituação entende-se e aplica-se para este ensaio o conceito de cultura como sendo esse conjunto de valores, moral e crenças que influenciaram as construções em Ouro Preto no século XVIII. Para tanto faz-se necessário entender e discorrer sobre o universo cultural instaurado naquele local na época estudada.

## 4.2 O universo cultural em Vila Rica no século XVIII

O início do povoamento em Vila Rica, impulsionado pela descoberta do ouro, se fez com gente vinda das mais diversas partes: do Reino (Portugal), do Nordeste, mais especificamente da Bahia, os bandeirantes de São Paulo, da África a mão de obra negra escrava e, já presente no território, os indígenas.

Friero (1892, p.1) destaca que:

Acorrem aventureiros de toda condição, homens e mulheres, moços e velhos, brancos, pardos, pretos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diferentes institutos, espicaçados todos pelo afã de enriquecer depressa, sem cuidar das asperezas dos caminhos e da dureza dos trabalhos e perigos que tinham de enfrentar. (FRIEIRO, 1892 p.1).

Vasconcellos (1956, p.27) completa:

Chegam homens das mais diversas procedências e raças: paulistas afeitos à vida rude, experimentados no sertão e na caça do índio, brasileiros do norte, boiadeiros, vadios do litoral, ciganos, judeus e cristãos-novos, uns e outros prontos para a guerra e para a desobediência. (VASCONCELLOS, 1956 p.27).

Os habitantes do arraial estavam tão alucinados na busca pelo ouro que não se preocupavam com o cultivo de alimentos, criando assim um verdadeiro problema relacionado à alimentação e conseqüentemente à economia. Produtos básicos como algodão, derivados do milho, feijão, arroz, aves, chegavam a custar até 6 vezes mais que em outros lugares da colônia.<sup>4</sup>

Indivíduos tão alucinados pelo ouro havia que, vindos da distância de 30 ou 40 dias de jornada, partiam sem provimento algum. Assim, pelo caminho, muitos acabaram de irremediável inanição. E houve quem matasse ao companheiro por lhe tomar uma pipoca de milho que do seu borralho saltara para a do outro, dos poucos grãos que cada qual tinha para alimentar a vida naquele dia. (FRIEIRO, 1892 p. 2).

---

<sup>4</sup> Vasconcellos cita Taunay para comparar preços em São Paulo e nas minas: o alqueire de farinha de 640 réis em São Paulo era vendido nas minas por 43.000 réis; a libra de açúcar de 120 por 1.200 réis; e a arroba de carne verde de 200 reis a 6.000 reis. (Vasconcellos, 1951: 56-57)

Porém, conforme lembra Campos (2008, p.8), “*passada essa primeira fase, o abastecimento se normalizou*”. Para tanto, a produção dos quintais das casas e o desenvolvimento da atividade comercial, com mercadorias vindas de outras partes, foi fundamental. Nos quintais se mantinham hortas e pomares, galinheiros e chiqueiros para prover a população de outras fontes de carne. Criados com as sobras alimentares e o milho cultivado na capitania, os porcos tornaram-se a fonte de maior consumo entre os mineiros. Porém, a criação generalizada desses animais nos meios urbanos causou transtornos tamanhos que as câmaras chegaram a proibir a criação de porcos soltos pelas ruas, além da manutenção dos chiqueiros nos quintais.



Figura 14: Grande Sobrado existente ao lado da matriz do Pilar em Ouro Preto. É notável o portão da horta, que se vê no desenho. Rodrigues, 1975 p.7.

Como se verificou, a mineração, as atividades comerciais e a mescla de culturas, raças e costumes ditavam o ritmo da vida da população, tornando as vilas de Minas, inclusive Vila Rica, essencialmente urbanas.

Borrego (2004, p.34) descreve o dia a dia em Vila Rica:

Ruas, becos e janelas. Ladeiras, quintais e matos. Movimento, conversas, povo. O vai-e-vem é incessante. O marchante traz a carne, às vezes fresca, às vezes podre. O preso conserta a ponte e outro, o buraco defronte. A negra leva o quitute e traz, quem sabe, o ouro. O porteiro anda pela praça, anunciando a obra nova. O vendeiro oferece o produto, o preço é alto, a reclamação é grande. O negro se esconde na capoeira que deixou de ser cortada. A mulher limpa a frente da casa; é dia de procissão. Cavalos bebem água na fonte, ao lado, a escrava lava a roupa. O pedreiro reforma a igreja. Em uma casa alugada, os camaristas procuram regulamentar o espaço e sua gente. Do alto de seu palácio o governador controla a vida de seus colonos. (BORREGO, 2004 p.34).

Paiva (2011, p.42) complementa a descrição sobre a Vila e seus personagens contando que:

Já nas primeiras décadas do século XVIII – o século de ouro do Brasil e de Portugal -, muitos dos personagens construtores daquele tempo transitavam pelas mesmas ruas ou praças das vilas mineiras mais importantes. Um grande comerciante português de tecidos e artigos de luxo vindos da Europa; um ourives luso ou francês, provisionado pela câmara, responsável pela confecção de jóias e objetos utilitários em ouro e prata; representantes do reino e arrematantes das diferentes rendas da câmara em pleno exercício dos cargos; pequenos agricultores, moradores nos arredores, que comercializavam nas vilas parcela de sua colheita; tropeiros e caixeiros viajantes; traficantes e negociantes de escravos; capitães do mato e suas últimas apreensões; militares a cavalo, fardados, e também, descalços; religiosos e esmoleiros da Terra Santa; libertas ostentadoras de autonomia e de ouro; vendeiros e vendeiras de secos e molhados; escravos e escravas de ganho; negras de tabuleiro e quitandeiras com seus rebentos miúdos amarrados às costas e tantos outros, todos sob o olhar das Donas que sem poder sair às ruas espiavam pelas janelas de suas casas ou assentadas nas “conversadeiras” de pedra, estrategicamente instaladas ao pé das ventanas de sacristia. (PAIVA, 2011 p.42).



Figura 15: Praça Tiradentes – pintura de José Rosário, 1885. [www.almanaque.com.br](http://www.almanaque.com.br) acesso em 27 de março de 2012.

Lima Júnior (1978, p.12) descreve as características culturais:

Os povoados passaram rapidamente a vilas e nelas se concentravam, além das autoridades públicas, a nata, dos moradores da Capitania, que, tendo embora no campo, minas, engenhos, lavouras de mantimentos ou outras atividades, não dispensam a moradia urbana, onde se levava a vida à europeia, com requintes de luxo e conforto peculiares à época. Mostramos, ainda hoje, as cidades e povoados que nos ficaram do século XVIII, seus largos cheios de casarões assobradados e extensas e tortuosas ruas de modas reproduzindo, integralmente aspectos das portuguesas, na estreiteza, na tortuosidade e no estilo das construções. As principais delas tinham dois e às vezes três pavimentos, sendo geralmente o térreo ocupado por lojas de venda, quando situadas nos centros comerciais da localidade. (LIMA JÚNIOR, 1978 p.12).

Portanto, as trocas culturais e os contatos entre povos de origens muito diversas era algo que fazia parte do dia a dia colonial. Paiva (2011, p.74) explica que:

Esse estouro cultural sem antecedentes media-se pela quantidade de gente rapidamente acomodada na região, assim como pela montagem precoce de uma rede urbana alargada e bem estruturada; pela pujança comercial imediatamente instalada; pela variedade de tradições e de conhecimentos em permanente contato; pela mobilidade de homens e de idéias; pelo estabelecimento de ligações entre todas as unidades administrativas da colônia e de regiões estrangeiras, que passavam a se conhecer e a se integrar nas Minas e em função do abastecimento delas. (PAIVA, 2011, p.74).

Era um mundo marcado pela pluralidade e pela mobilidade. Tradições eram reforçadas, repetidas, adaptadas e mesmo recriadas através dos contatos cotidianos entre esses grupos, suas origens e posicionamentos sociais diversos. A fonte da diversidade cultural era por essência a mistura desses elementos.

Afonso Arinos (1980, p.1) por fim, complementa dizendo que:

Nada no Brasil se compara a Ouro Preto e, pode-se mesmo dizer que, concentrada a visão no período da civilização ocidental em que ela se insere, nenhuma cidade do mundo oferece valores tão representativos da criatividade cultural da época, tomada indistintamente no seu conjunto de artes plásticas, poesias, música, urbanismo e idéias políticas. Ouro Preto é hoje tradição venerável porque foi a seu tempo, ímpeto, invento e renovação. Da Colônia ao Império à República, a vida ouro-pretana é uma fonte perene de história, de arte, de pensamento. Por isto, ela é relíquia e exemplo, saudade e esperança. Quem sabe o que é Ouro Preto não pode duvidar do Brasil. (AFONSO ARINOS, 1980 p.1).

## **5. As influências culturais no processo de construção das habitações: a relação entre cultura e arquitetura**

A casa, enquanto representação de uma tipologia arquitetônica,  
é uma expressão cultural.  
Juliana Prestes Ribeiro de Faria, 2011

Conforme observado no início deste ensaio, o processo de organização do espaço urbano na colônia e, por conseguinte em Vila Rica, foi tido como “espontâneo” e “irregular” e ao mesmo tempo integralmente transplantado.

O português emigrado para as Minas, no século XVIII, trouxe consigo a paisagem urbana e rural de sua terra natal. Não se encontra nenhum rastro que não seja o seu nesse espólio de civilização morta, sobre o qual ensaiamos indecisamente construir uma outra, contrariando as determinantes naturais e lógicas às quais inutilmente tentaremos fugir. A casa portuguesa transplantada integralmente, a igreja, o sistema de vida, deram às Minas Gerais um aspecto que lembra a todo momento uma visão de Portugal. (LIMA JÚNIOR, 1978 p.117).

Ao longo do texto, destacou-se que, ao contrário da teoria supracitada, houve uma “ordem” e posteriormente uma normatividade e regulação por parte, principalmente, das câmaras. Para além destas colocações, observar-se há também ou porque não dizer, prioritariamente, a participação elucidativa dos habitantes e as influências do universo cultural vigente na formação e construção da Vila e conseqüentemente os seus reflexos nas residências.

Sobre o assunto, Borrego (2004, p.34) destaca que:

À primeira vista, mediante a leitura da bibliografia pertinente, o espaço urbano de Vila Rica parecia desordenado e caótico, porque era fruto de planejamento urbano do Estado. Não podia, entretanto, admitir que somente as disposições normativas bastassem para o entendimento do processo de constituição urbana de Vila Rica. Percebi, então, que juntamente com o governo ultramarino, era o colono quem construía, modificava, desenvolvia e dava vida à vila. (BORREGO, 2004, p.34).

Partindo da afirmação de Benedict (1972) apud Laraia (2005 p.15) quando diz *que “a cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo”* e tendo por base que, segundo Campos, (1998, p.8) *“o homem geralmente edifica a casa e suas dependências em conformidade com os valores de seu tempo”*, enfatizar-se há abaixo, como o universo cultural influenciou e criou particularidades na arquitetura residencial em Ouro Preto.

Reis Filho (1970, p.52) evidencia a questão do tipo de moradia, associado a questões sócio-econômicas:

Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. Suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: assoalhado no sobrado e de “chão batido” na casa térrea. Definiam-se com isso as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de “chão batido” caracterizava a pobreza. Por essa razão os pavimentos térreos dos sobrados, quando não eram utilizados como lojas, deixavam-se para acomodação dos escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pelas famílias dos proprietários. (REIS FILHO, 1970 p.52).

Scarpeline complementa:

No térreo o comércio e os escravos, na parte de cima receber e morar. O espaço destinado para receber possuía janelas que se abriam para a rua, porém os quartos, pequenas alcovas sem janelas, eram protegidas do olhar dos curiosos e da contaminação que a rua podia trazer. As paredes eram caiadas ou revestidas de terra branqueada. Os sobrados de pessoas abastadas recebiam revestimento de azulejos portugueses, muitas vezes só nas paredes de cima do sobrado, onde ficava o lugar de morada. Os balcões eram individuais ou corredos, fechados por treliça de madeira, muxarabis. (SCARPELINE, 2012 p.82)

Vasconcellos (1997, p.7), discorre sobre as crenças e sua relação com a formação ou mesmo a repartição da casa:

Os quartos, entalados no meio da construção, sem possibilidade de se abrirem para o exterior, configuram-se em alcovas, que muitos atribuem ao zelo, ao ciúme, à proteção indevassável das donzelas, mas que se justificam plenamente pelos conceitos higiênicos então vigorantes. O desconhecimento das causas de muitas das moléstias que afligiam as populações fazia-nas crer decorressem elas dos ares, dos ventos, responsáveis pela difusão de inúmeros males, principalmente aqueles mais frequentes nas regiões úmidas de beira-rio preferidas pelas minerações. (VASCONCELLOS, 1997, p.7).

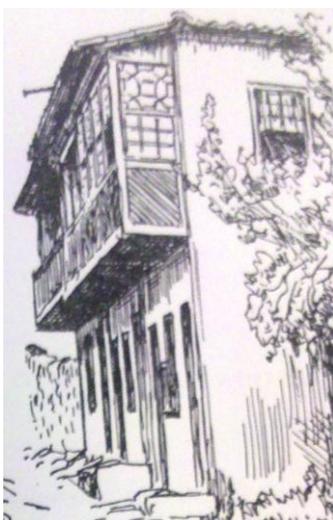
Barbosa (2004, p.12) diz que a varanda dos fundos dava acesso a um sórdido cubículo sem janelas onde se depositam os vasos de serviço íntimo e se tomava o banho em gamelas grandes ou bacias de arame. Destaca que “*as cocheiras, galinheiros, quartos de arreios e dormidas de escravos eram muitas vezes de baixo da casa*”. (BARBOSA, 2004 p.12).

Sobre a questão da religiosidade, Lima (1978 p. 13) diz que:

Nas casas sem capelas, existia um quarto reservado às práticas religiosas onde sobre uma cômoda se encontrava um oratório de jacarandá, ou outra madeira, onde se arrumava o crucifixo e demais santos de devoção. O mobiliário em geral em jacarandá ou cedro, compunha as habitações mineiras de banco rústico medieval às cômodas, contadores, mesas, cadeiras, arcos, leitos torneados ou entalhados, todos os requintes da marcenaria e estilos peninsulares, são representados em obras de valor nas mansões das Minas. (LIMA, 1978 p.13).

O gosto pela ostentação e exteriorização era característica social presente nos habitantes, situação não condizente com a economia da época. Os reflexos são vistos por vezes no mobiliário, mas principalmente na indumentária e nas fachadas das residências. Esforçam-se por um melhor tratamento das frentes, relegando-se a segundo plano o interior. Vasconcellos (1956, p.117) ironiza dizendo que “*sofrem as fachadas principais adaptações contínuas, ao sabor das modas sucessivas*”.

Menezes (1957) e Latif (s.d.) evidenciam os hábitos na forma de se construir:



Muito usados são os vãos geminados, no fechamento de antigas varandas – salas de jantar; nelas se necessitava de maior luz e mais ar, pois era ali que, de geral, passava a família o dia. Inicialmente, a falta de preocupação estética, a pressa com que eram erguidas as moradias e mesmo a facilidade de construção, recomendavam o emprego da verga de nível, constituída de uma peça de madeira ou pedra simples. A verga em segmento circular, de madeira ou pedra, apareceu na edificação particular depois que a puseram nas igrejas. As pedras foram empregadas em casas de maior nobreza, cujos proprietários queriam demonstrar maior esmero. (MENEZES, 1957 p. 75).

Na varanda é onde se vive a maior parte do tempo, e, em consideração à altitude, ao clima mais frio, já no fim do século XVIII ela passa a ser abrigada por grandes caixilhos envidraçados, formando assim verdadeiro jardim de inverno. O vidro, transportado em costa de burro serra acima, constitui um requinte pago a bom peso de ouro. (LATIF, s.d.).

Figura 16: Sobrado com varanda coberta (envidraçada) - Rua da Glória – Ouro Preto – MG. Rodrigues (1975 p.48).

Scarpeline (2012, p.83) reforça a importância da varanda no ambiente doméstico naquele tempo dizendo que:

Nas residências do século XVIII o espaço considerado o coração da residência era a varanda, espaço intermediário entre a área íntima e a de serviço, voltado para o interior das residências, quintal, pomar ou jardim interno, era destinado para as refeições, repouso rápido nas redes e realização de trabalhos manuais ou dos afazeres femininos, local onde só podiam entrar “os da casa” ou as visitas próximas, seu mobiliário era mais modesta, possuía grandes mesas em madeira com amplos bancos. (SCARPELINE, 2012 p.83).

Sobre a relação das casas, o entorno e o meio, Oliveira (2010 p.37) salienta que:

As árvores dos quintais constituíam grandes massas de vegetação que caracterizavam o ‘verde’ da cidade, visto que nessa época não existiam árvores nas ruas e calçadas, e nem nas praças. (OLIVEIRA, 2010 p.37)

No que diz respeito à decoração das residências, Lima Júnior (1978 p.25) diz que “*eram em geral, os tetos, decorados com profusão de arabescos e festões, colunas e figuras de animais. Raramente a figura humana neles se encontra*”. Mol (2003, p.6) diz que “*como marcas da cultura indígena e africana, aparecem objetos como balainhos de mesa, moringas, gamelas, boiões de sapucaia e utensílios de barro*”.

Na parte externa, verifica-se que a cobertura era normalmente de telhado em duas águas, com telhas de barro e cerâmica, assim a água da chuva era escoada para a rua e para os fundos do terreno. Era comum a utilização de telhas nas paredes laterais para evitar problemas de infiltração.

Outro fator que influenciou fortemente a definição das plantas na arquitetura de residências e comércio em Vila Rica nos séculos XVIII foi a sua implantação nos limites e de forma gregária, como descreve Mello (1985) “*umas coladas às outras, impedindo as aberturas laterais*”.



Figura 17: O gregarismo das habitações de Ouro Preto – MG. Fonte: Arquivo do IFAC. Autor: Luiz Fontana.

Sobre as influências da cultura portuguesa, aqui predominantes, verifica-se que Portugal, além de trazer para a colônia sua cultura, trouxe também traços de outras (chinesa, indiana, japonesa) anteriormente assimiladas pelo país.

Freire (1937, p.9) enfatiza:

Um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo. (FREIRE, 1937, p.9).

A arquitetura da casa, portanto, é um testemunho da formação da memória histórica dos povos. Conforme lembra Scarpeline (2012, p.80) “*a casa e a cidade são símbolos concretos de uma sociedade. Trazem intrínsecos os valores de quem a desenhou e a construiu, como também dos que ali viveram e se apropriaram de seus espaços*”. (SCARPELINE, 2012 p.80)

## 6. Considerações finais

Partindo da premissa de que é, principalmente, através do modo de vida, das crenças, dos costumes, das práticas sociais, religiosas, políticas e familiares, vigentes em um dado período e em certa localidade, que “*o homem geralmente edifica a casa e suas dependências*”<sup>5</sup> o presente trabalho, que inicialmente teve como objetivo estudar a junção, ou este conjunto de elementos ao qual denominamos cultura, relacionando e apontando seus reflexos na arquitetura residencial, trilhou caminhos diversos, explicitou conceitos, processos e abordagens, mostrando ainda que muitos autores desenvolvem visões desiguais sobre assuntos iguais em diferentes épocas.

Como consequência, trouxe à tona a problemática das lacunas existentes no estudo da arquitetura mineira, bem como a tímida pesquisa com foco nas edificações residenciais do período colonial. Além disso, conforme sintetiza Broos (2002, p.22) mostrou que “*para poder compreender as residências do passado, deve-se deixar de lado o ponto de vista habitual e estudar as condições em que elas foram construídas*”. Para isso, fez-se necessário descrever e entender a relação do “*homem colonial*” com o seu domicílio.

Observou-se que, assim como a concepção ou o processo de formação do Brasil é plural, o universo cultural na Capitania de Minas no século XVIII o é ainda mais. “*Minas Gerais foi o epicentro desse fenômeno estupefaciente que são as trocas culturais e os contatos entre povos de origens muito diversas na colônia no século XVIII*”<sup>6</sup>.

Essa diversidade cultural teria naturalmente de deixar suas impressões no arcabouço arquitetônico mais presente em nosso dia a dia, nossa própria casa. Por isso, dizer que a arquitetura brasileira, ou mesmo a mineira, é tão somente “*uma arquitetura*

---

<sup>5</sup> Campos, 1998 p.9

<sup>6</sup> Paiva, 2001 p. 41

*reinol transplantada*”<sup>7</sup> é renegar a cultura aqui existente antes mesmo do descobrimento e apropriação dessas terras. É ainda ignorar o ímpeto das relações sociais no atípico caso de Ouro Preto, que com a descoberta do ouro, teve uma grande explosão populacional atraindo pessoas de todas as partes. Toda essa mescla de culturas e conhecimentos que regeram a vida na cidade no século XVIII ficou gravada nas edificações residenciais daquele tempo.

É certo que o imaginário, o conhecimento, as técnicas construtivas e enfim, a influência portuguesa teve peso especial no processo de formação da arquitetura nacional. Porém ao passo que houve uma adaptação no tempo e espaço, e “*adequadas às circunstâncias de cada lugar, gênero, materiais, finalidades, aqui transmitidas por via letrada ou pelo costume prático*”<sup>8</sup> é preciso não desconsiderar as variadas e cotidianas maneiras que aqui se desenvolveu para se criar ou se adequar a casa de morar.

Mas qual seria então, a importância de não defender aqui a idéia de uma periferia construída a partir de modelos consolidados? E se não foi assim, uma transplantação, é possível dizer que a cidade nasceu ao acaso, de forma espontânea?

Para além da defesa de uma cópia ou de uma originalidade, de uma espontaneidade ou de uma normatividade imposta, o objetivo é mostrar que a mescla de gente que se estabeleceu no epicentro demográfico da Capitania de Minas imprimiu nos seus domicílios os seus valores, suas crenças, seu modo de vida, adequando-os de acordo com suas necessidades e gostos, tanto nas fachadas quanto no interior, utilizando os materiais disponíveis e seguindo os preceitos da época, evidenciando que, em vários aspectos, o homem, “*age de acordo com os seus padrões culturais*”<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Vasconcellos, 1997 p. 352

<sup>8</sup> Bastos, 2010 p.1

<sup>9</sup> Kroeber, 1949 apud Laraia, 2005 p. 48

<sup>12</sup> Campos, 1998 p.8

Sendo assim, foi procedimento basilar neste estudo, reflexões e interlocuções a todo instante do universo cultural e a empreitada construtiva. Conforme destaca Lemos (1999, p.22) *“A casa carrega em si símbolos criados pelo homem que variam no tempo e no espaço e que retratam sua forma de usufruí-los”*. Essas características destas edificações evidenciadas fazem do casario colonial e da arquitetura de Ouro Preto em geral a expressão máxima da engenhosidade empregada na “fábrica” do “barroco mineiro”.

A relevância do estudo de um tema como este, portanto, além da revisão historiográfica e bibliográfica é a produção acadêmica com foco em um passado que informa sobre a identidade cultural de nossa gente e seus reflexos materializados no nosso domicílio. Para além dos limites da academia, o conhecimento alimenta a necessidade de proteção, conservação e salvaguarda deste rico patrimônio.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- ARAGÃO, Solange de. A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX. Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.12, Brasília, 2008.
- ARMITANO, Ernesto. América, Barroco y Arquitectura. Tradução para a língua portuguesa de Letícia Ligneul Cotrim e revisão técnica de Mauro Almada. Caracas: 1972.
- ÁVILA, Cristina. Do litoral ao interior: os ciclos econômicos e a formação do Brasil. História do Brasil. Site Cidades Históricas Brasileiras. S.d.
- BARBOSA, ANA APARECIDA. Cidade e habitação em Minas nos séculos XVIII – XIX. Dissertação de Mestrado. UFSCAR, 2004.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. A Arte do Urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2003.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. A ordem sagrada da cidade colonial: teológica retórica e formação das povoações na capitania de Minas Gerais no século XVIII. IV Seminário do Barroco Ibero-Americano. Ouro Preto, novembro de 2005.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem nas povoações mineiras do século XVIII. Rev. Inst. Estud. Bras. [online]. 2007, n.44, pp. 27-54. ISSN 0020-3874.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702 - 1748). São Paulo: Anablume: FAPESP, 2004.
- BOSCHI, Caio C. Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. IX Jornadas de História Ibero-Americana. Portugal, 2003.
- BRASILEIRO, Vanessa. Sylvio de Vasconcellos: um arquiteto para além da forma. Tese de Doutorado UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Edusp: FAPESP, 2011.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Cultura barroca e manifestações do rococó nas Gerais/Adalgisa Arantes Campos. - Ouro Preto: FAOP/BID, 1998.

CORREIA, Telma de Barros. A construção do habitat moderno no Brasil - 1870 - 1950. São Carlos: Rima, 2004.

COSTA, Lúcio. "Ensino do desenho". In: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura. Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 1962.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção de arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas. 2006. Tese doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

DELSON, Roberta Marx. Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. CIORD: Ed. ALVA, 1997.

FARIA, Juliana Prestes Ribeiro de. Influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Saudação a Ouro Preto. Jornal do Brasil. 29 de julho de 1980.

FREYRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil. Revista do IPHAN nº 1, 1937.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 34ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

FRIEIRO, Eduardo. Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros. São Paulo: Edusp, 1982.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua Formação e suas Representações. Dissertação de Mestrado. UFMG, junho 1995.

GRAMMONT, Guiomar de. O conceito "Barroco": um jogo de espelhos? In: Revista do IFAC nº 2 Dez 1995.

HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o "Barroco". In: Revista do IFAC 4. Ouro Preto: Instituto de Filosofia, Artes e Cultura/ UFOP, 1997.

HANSEN, João Adolfo. Artes Seiscentistas e Teologia Política; in: TIRAPELI, Percival (org.). Arte Sacra Colonial: Barroco Memória Viva. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. 16ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LIMA JUNIOR, Augusto de. A Capitania de Minas Gerais. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1978.

LEMOS, Carlos A. C. Arquitetura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LEMOS, Carlos. História da casa brasileira: A casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa. São Paulo: Contexto, 1996.

LEMOS, Carlos A. C.. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. *Arquitextos*, São Paulo, 12.141, Vitruvius, feb 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4214>>.

MARX, Murillo. Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, v. 15, 1990-1992.

MEIRELES, Cecília. Romanceiro da Inconfidência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MELLO, Bruno César Eufrasio de. E o negro na arquitetura brasileira?. *Arquitextos*, São Paulo, 13.145, Vitruvius, jun 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372>>.

MELLO, Suzy de. Barroco Mineiro. Ed. Brasiliense. Belo Horizonte, 1985.

MENEZES, Ivo Porto de. Vãos da arquitetura tradicional mineira. Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil. Belo Horizonte, 1957.

MÓL, Cláudia Cristina. Lar doce lar: o significado da casa para a mulher liberta de Vila Rica no século XVIII. In: *Anais da jornada setecentista*. Curitiba, nov. 2003.

NETTO, J. Teixeira Coelho. A construção do sentido na arquitetura. 2ª ed. Editora Perspectiva: São Paulo, 1979.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. O urbanismo colonial brasileiro e a influência das cartas régias no processo de produção espacial. *Complexus – Ceunsp*, Salto-Sp, Ano. 1, N.1, P.175-188, Março de 2010.

PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

REIS FILHO, NESTOR GOULART. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo. Editora Perspectiva, 1970.

REIS FILHO, NESTOR GOULART. Evolução urbana no Brasil. São Paulo, Pioneira. 1987.

RIBEIRO, Alessandro José Castroviejo. Arquitetura: poéticas nos anos 90 através de casas brasileiras. Dissertação de Mestrado. FAU – USP, 2001.

RODRIGUES, José Wash. Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil. 2.ed. São Paulo: Martins/EDUSP, 1975.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Paulo F. Quatro séculos de arquitetura. Rio de Janeiro: Valença, 1977.

SILVA TELLES, Pedro C. da. História da engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984.

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. Rio de Janeiro. Revista do Patrimônio histórico e artístico nacional. Vol. 17. 1969.

SMITH, Robert C. Arquitetura colonial. Salvador: 1955.

THEODORO, Janice. Barroco como conceito. In: Revista do IFAC nº 4. Ouro Preto: Instituto de Filosofia, Artes e Cultura/ UFOP, 1997.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 (2 vols.).

VASCONCELLOS, Sylvio de. LEMOS, Celina Borges. Org. Sylvio de Vasconcellos: textos reunidos: arquitetura, arte e cidade. Belo Horizonte. BDMG Cultural. 2004.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

VASCONCELLOS, Sylvio de. A Arquitetura Colonial Mineira. In: Barroco: Teoria e Análise. Organização de Affonso Ávila. São Paulo, Perspectiva, 1997.

VASCONCELLOS, Sylvio. Vila Rica. Formação e desenvolvimento – Residências. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

## SITES CONSULTADOS:

### Sobre a América Portuguesa:

Disponível em

[http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/publicacoes/periodo\\_colonial.pdf](http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/publicacoes/periodo_colonial.pdf) acesso em 01 de Junho de 2012.

### Sobre a Arquitetura

Disponível em: [http://arqhabitacao.blogspot.com.br/2007\\_07\\_01\\_archive.html](http://arqhabitacao.blogspot.com.br/2007_07_01_archive.html) acesso em 22 de julho de 2012.

Disponível em: <http://www.vivercidades.org.br/> acesso em 25 de junho de 2012.

Disponível em: [http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/barroco\\_no\\_brasil\\_gasparini.html](http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/barroco_no_brasil_gasparini.html) acesso em 25 de junho de 2012.

Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/ia> acesso em 25 de junho de 2012.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-08092010-160646/pt-br.php> acesso em 4 de julho de 2012.

Disponível em: <http://fullfokus.blogspot.com.br/200908tvedestrand-den-lille-bokbyen-ved.html> acesso em 14 de Agosto de 2012

Disponível em:

[http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono\\_Ana.htm#\\_Toc91052727](http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_Ana.htm#_Toc91052727) acesso em 05 de janeiro de 2013.

### Sobre o Brasil Colônia

Disponível em: [http://www.cidadeshistoricas.art.br/hac/hist\\_01\\_p.php](http://www.cidadeshistoricas.art.br/hac/hist_01_p.php) acesso em 4 de julho de 2012.

### Sobre a colônia e os modos de vida

Disponível em:

[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A021.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A021.pdf) acesso em 9 de julho de 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a04.pdf> acesso em 22 de julho de 2012.

Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Filosofia, Artes e Cultura

**PARECER**

Elza Luli Miyasaka, professora orientadora da monografia intitulada “Casa de morar: a relação entre cultura e arquitetura residencial em Ouro Preto - MG no século XVIII”, de Ana Cristina Faria confere ao trabalho a nota 9,0 (nove), à luz do seguinte parecer:

“Estudar os primórdios da empreitada construtiva no nosso país é algo que por si só já despertaria a curiosidade de muitas pessoas. Quando a proposta envolve a análise da relação existente entre as edificações e a cultura de um povo em determinada época, a tarefa se torna muito mais atraente. Se o foco é o arcabouço arquitetônico mais presente em nosso dia a dia – nossa própria casa – fica ainda mais interessante e distinto”. Portanto, o presente trabalho cujos pilares foram descrever e demonstrar como o nosso modo de pensar, de viver e de se relacionar interferem e refletem na maneira como construímos e usamos nossos domicílios, trilhou caminhos diversos, passeou pelo Brasil, que no período colonial era conhecido como a América Portuguesa, chegando à Capitania de Minas para sondar o diversificado ímpeto das relações culturais na Vila Rica do século XVIII, a atual Ouro Preto. Cumprindo assim o objetivo proposto. Acredito que ao final, o enriquecimento acadêmico para além do cumprimento da tarefa tornou-se evidente. O amplo referencial teórico utilizado, o embate de opiniões entre autores evidenciado, as pessoas ouvidas, a consulta aos arquivos públicos, resultaram não somente em conhecimento técnico, mas também em amadurecimento pessoal e profissional. Estudar nossas raízes é importante não só para entendermos questões do presente, como também para despertar em nós valores, significados e a necessidade de preservação para as futuras gerações. A descoberta do ouro nas minas do Brasil proporcionou riquezas de valores intangíveis como o rico patrimônio cultural das “cidades históricas” que atualmente imploraram por mais cuidado, investimentos e estudo.

Ribeirão Preto, 16 de janeiro de 2013



Elza Luli Miyasaka